

MULHERES DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR: PROBLEMATIZANDO QUESTÕES DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

FEMALE PROFESSORS IN HIGHER EDUCATION: ANALYZING GENDER ISSUES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PAMPA

Vanessa Ferreira Backes

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Uruguaiana, RS, Brasil

vanessafbackes2@gmail.com

Jean Rodrigo Thomaz

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Uruguaiana, RS, Brasil

jeanr_thomaz@hotmail.com

Fabiane Ferreira da Silva

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Uruguaiana, RS, Brasil

fabianesilva@unipampa.edu.br

Resumo. O presente artigo discute a presença das mulheres como docentes no ensino superior, com base na análise da trajetória acadêmica, profissional e pessoal de cinco professoras docentes da Universidade Federal do Pampa. A análise de um questionário virtual respondido pelas participantes permitiu compreender os motivos que levaram estas mulheres a escolher a licenciatura, uma área considerada tipicamente feminina, além de revelar aspectos que tornam a universidade um meio de reprodução de diferenças de gênero. Foram levantados, também, dados quantitativos do número de professores e professoras por área de conhecimento, revelando que ainda existe uma divisão sexista em determinadas áreas na Universidade. A discussão toma como suporte teórico os estudos de gênero, a fim de problematizar questões históricas, sociais e culturais implicadas na constituição dos sujeitos, sobretudo nas suas escolhas profissionais.

Palavras-chave: Ensino superior. Gênero. Licenciatura. Mulheres. Professoras.

Abstract. This paper discusses the presence of women as teachers in higher education, based on the analysis of academic, professional and personal trajectories of five female professors of the Federal University of Pampa. The analysis of a virtual questionnaire answered by the participants allowed to understand the reasons which led these women to choose a teaching training degree, an area considered typically feminine, and to reveal aspects that make the university a means of reproduction of gender differences. There were raised, too, quantitative data on the number of male and female professors by field of study, revealing there is still a gender division in certain areas at the University. The discussion takes gender studies as theoretical support, in order to discuss historical, social and cultural issues involved in the constitution of the individuals, especially in their professional choices.

Keywords: Higher Education. Gender. Teaching Training. Women. Female Professors.



NOTAS INTRODUTÓRIAS

Durante muito tempo, a participação feminina na ciência foi algo restrito, muitas vezes ocultada ou até mesmo negada. Porém, ao longo da história as mulheres conquistaram seu espaço na ciência e na sociedade, difundindo-se por carreiras antes somente frequentadas por homens e expandindo-se na Educação Superior, uma dentre outras esferas até pouco tempo atrás predominantemente masculina.

No Brasil, em 1998, as mulheres representavam 55,2% do total de inscritos em cursos superiores presenciais, de universidades públicas e particulares, e os homens, 44,8%; no ano de 2005 essas taxas passaram ao percentual de 55% e 45%, respectivamente (INEP, 2007). Em 2012 as mulheres representaram 59,6% de concluintes de cursos de graduação em universidades públicas e particulares, e os homens 40,4% (INEP, 2012). Esses dados mostram uma realidade diferente do que ocorreu no passado da história das mulheres no Brasil, quando o acesso ao ensino superior lhes foi negado, atualmente as mulheres são a maioria nesse segmento.

Ora, se as mulheres conquistaram seu espaço no ensino superior, qual o objetivo de discutir sua presença neste ambiente? A questão é que a discriminação no campo educacional já não se refere mais ao impedimento a seu acesso, e sim ao processo de escolha das carreiras profissionais. Se, por um lado, há oportunidade de acesso ao ensino superior para ambos os sexos, por outro, as preferências “naturalizadas” de homens e mulheres por determinadas profissões e áreas do conhecimento se tornam evidentes.

É fato que a presença feminina é maior em número de estudantes nas universidades brasileiras, entretanto, as mulheres não são a maioria entre os docentes da Educação Superior, território de maior “prestígio” na educação, diferentemente da educação básica, onde a presença das professoras se sobressai a dos professores.

O censo da Educação Superior de 2012 (INEP, 2012) mostra que do número total de docentes, em exercício e afastados, das Instituições de Ensino Superior do Brasil somam um total de 378,939. Sendo que 207.342 são do sexo masculino, enquanto as mulheres somam apenas 171.597 nas IES. Mesmo com a inserção das mulheres no ensino superior brasileiro esses dados refletem, do ponto de vista das relações de gênero, como as preferências quanto à escolha das carreiras profissionais foram se construindo ao longo do processo de escolarização dos sujeitos femininos e masculinos.

Por trás desta realidade há muito mais do que números, há questões do imaginário social e da herança cultural firmados há décadas e que se espelham nas relações entre homens e mulheres. As relações de poder estão presentes em todas as construções e instâncias sociais, inclusive na universidade.

Para compreendermos como este processo ocorre, precisamos direcionar nosso olhar às questões históricas, sociais, culturais e de gênero, que permeiam a luta das mulheres no acesso ao ensino superior e que nos mostram como a profissão de professor(a) se tornou um espaço predominantemente feminino em determinadas áreas do conhecimento.

Considerando tais entendimentos, neste artigo discutimos a presença das mulheres no ensino superior, com base em uma pesquisa que tomou como cenário a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). No artigo, apresentamos um levantamento da presença de homens e mulheres docentes na UNIPAMPA, analisando a distribuição de cada sexo de acordo com as áreas de conhecimento, a fim de problematizar se existe uma divisão sexista na Universidade, bem como analisamos aspectos referentes a trajetória acadêmica, profissional e pessoal de cinco professoras docentes da UNIPAMPA. Assim, buscamos discutir questões históricas, sociais e culturais firmadas há décadas e que constituem as relações entre homens e mulheres, as quais determinam as posições que estes sujeitos devem ocupar nas diversas instâncias sociais, incluindo a Universidade.

O ACESSO AO ENSINO SUPERIORE A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Desde a fundação das universidades no século XII até o final do século XIX e, em alguns casos, até o início do século XX, as mulheres eram excluídas do estudo. Um poucas mulheres, entretanto, estudaram e lecionaram em universidades a partir do século XIII. A Alemanha experimentou a educação superior de mulheres no século XVIII, enquanto nenhum grau foi outorgado na França ou

na Inglaterra. Fora da Itália nenhuma mulher foi nomeada professora, e dentro do país a tradição de mulheres-professoras não continuou. Depois, por cerca dos anos 1800, as mulheres foram em geral banidas das instituições de ensino superior (SCHIEBINGER, 2001).

Foi durante a Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII que:

As modernas ideologias e instituições de ensino limitaram a participação das mulheres na ciência: As instituições científicas universidades, academias e indústrias foram estruturadas sobre a suposição de que os cientistas seriam homens com esposas em casa para cuidar deles e de suas famílias. (SCHIEBINGER, 2001, p. 69).

No Brasil, o acesso ao ensino superior pelo público feminino só teve início no final do século XIX. De acordo com Ferreira (2010, p. 4), “as mulheres no Brasil só foram autorizadas a frequentarem um curso superior no ano de 1879 quando o direito de frequentar o ensino universitário lhes foi concedido por Dom Pedro II, então Imperador do Brasil”. Ainda assim, a primeira mulher a ingressar em uma universidade brasileira se formou somente oito anos depois, em 1887, na faculdade de medicina, no estado da Bahia.

Este fato se refere à chamada Reforma Leôncio de Carvalho que contemplava o ensino primário e secundário da Corte e o ensino superior em todo o Império. Essa Reforma abriu o sistema de ensino para a iniciativa privada, prometendo mudar o espírito da formação superior, também liberou a matrícula de mulheres nas faculdades de Medicina e constituiu o ensino em escolas mistas (CARVALHO, 1942).

Do mesmo modo, a Reforma deu prioridade para a contratação de professoras, falando da criação de jardins da infância para os dois sexos que seriam fundados na Corte e confiados à direção de professora.

As aulas mistas podiam ser ministradas por mulheres, as quais eram consideradas ‘educadoras naturais’. Assim, a maternidade espiritual serviu como uma justificativa para empregar mais, e mais barato, professoras. [...] Isso ajudou, sem dúvida, no processo de feminização da sala de aula (HAHNER, 2011, p. 471).

Nessa época, advindo das proposições da Reforma, “os discursos que se constituem pela construção da ordem e do progresso, pela modernização da sociedade, pela higienização da família e pela formação dos jovens cidadãos implicam a educação das mulheres” (LOURO, 1997, p. 96). A profissão de educador, antes destinada exclusivamente a homens, começa, então, a adquirir “configurações” femininas. Assim, para entendermos melhor como a relação entre a mulher e a educação foi se estabelecendo, devemos pensar sobre as motivações que facilitaram o ingresso da mulher no ambiente educacional brasileiro.

Os homens usufruíam mais opções econômicas do que as que eram oferecidas às mulheres pertencentes a mesma classe social. Essas melhores alternativas e oportunidades masculinas provavelmente contribuíam para a redução do número de potenciais professores homens no curso primário, e até para alguns cancelamentos de classes, devidos à ausência de professores homens. (HAHNER, 2011, p. 468)

Louro ainda argumenta que:

Já que se entende que o casamento e a maternidade, tarefas assumidas como femininas, constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas. Em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc. (LOURO, 1997, p. 96)

O casamento e a maternidade eram o destino “natural” e desejado para todas as mulheres, porém àquelas que não conseguiam de algum modo alcançar esse destino, cabia exercer tarefas que tivessem

ligadas a tal destino. Desse modo, as mulheres que ficavam solteiras podiam se sentir vocacionadas para o magistério, pois a profissão de educadora nada mais era do que um exercício de doação e amor associado à maternidade. Neste sentido, por um tempo a profissão de professora foi associada com a de mulher “solteirona”. Então:

A representação do magistério transforma-se. As professoras são compreendidas como mães espirituais, cada aluno ou aluna deve ser percebido/a como seu próprio filho ou filha, mantém-se o caráter de doação e de entrega que já se associava à atividade docente. (LOURO, 1997, p. 97)

Deste modo, o magistério trouxe a algumas mulheres uma maior independência econômica, com relação àquela que poderiam ter alcançado de outro modo.

No Brasil, a preferência por professoras foi reforçada especialmente pelo tenente Benjamin Constant, que desempenhou um papel importante ao refazer o currículo da Escola Normal. Ele defendia, ao mesmo tempo, a inferioridade orgânica e intelectual da mulher, porém aclamava a superioridade moral feminina. Por isso Benjamin apoiou que o ensino primário era uma profissão que deveria pertencer exclusivamente à mulher. No Rio de Janeiro, em 1872, as mulheres representavam um terço do quadro de docentes, e em 1906 elas compreendiam 70% dos professores da capital (HAHNER, 2011).

Atualmente, o número de mulheres que ingressam e/ou concluem seus estudos em instituições de ensino superior do país é amplo, até mesmo ultrapassando o número de homens. Entretanto, apesar desta crescente participação feminina, percebe-se que ela vem ocorrendo de modo segregado ou inferior em relação à presença masculina em determinadas áreas.

Esse processo envolve muito mais que questões políticas e históricas, eles nos dizem respeito, também, às relações de gênero que são histórica e socialmente produzidas. As relações de gênero corroboram para engendrar práticas entendidas como masculinas e femininas, estabelecidas conforme as concepções de cada sociedade. Assim, a seguir, procuraremos ilustrar como o gênero se apresenta como uma categoria que pretende elucidar as relações sociais entre os sexos.

O FEMINISMO E O CONCEITO DE GÊNERO

Nos tempos modernos e contemporâneos, ao mesmo tempo em que se estabeleceram novas relações no mundo do trabalho com a inserção feminina nesse ambiente, foram sendo produzidos mecanismos sutis e explícitos de dominação inseridos nos espaços hierárquicos de poder.

A luta pela visibilização das mulheres provém principalmente do movimento feminista. O sufrágismo no final do século XIX e início do século XX, também conhecido como a “primeira onda” do movimento feminista, caracterizou-se por duas frentes de luta do operariado: a luta por melhores condições de trabalho (salário, redução da jornada, repouso semanal, condições de higiene), e a luta pelos direitos de cidadania (o direito de votar e ser votado) (ALVES; PITANGUY, 2003). No Brasil, a luta pelo voto teve início em 1910, quando a professora Deolinda Daltro funda no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminista com o objetivo de debater o direito sobre o voto no Congresso Nacional (ALVES; PITANGUY, 2003).

De acordo com Alves e Pitanguy (2003, p.50), “os anos de 1930 e 1940 representam um período em que, formalmente, as reivindicações das mulheres pelos seus direitos haviam sido atendidas: podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares e participar do mercado de trabalho”, porém, nestes dois últimos itens, não equitativamente aos homens.

As décadas de 1960 e 1970 trouxeram conquistas femininas que se reverteram posteriormente no seu protagonismo social. Na educação superior, o acesso das mulheres a esse nível de ensino se consolidou. Conquistas inspiradas no feminismo importado dos Estados Unidos influenciaram os grandes centros urbanos brasileiros, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, a congregar os primeiros grupos feministas (ALMEIDA; SOARES, 2012).

A partir da década de 60, o feminismo incorpora, portanto, outras frentes de luta pois, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos –

políticos, trabalhistas e civis –, questiona também as raízes culturais destas desigualdades. (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 54).

Desta forma, o feminismo denuncia a crença na inferioridade “natural” da mulher, firmada em fatores biológicos, colocando em questão a ideia de que “homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem, o mundo externo; à mulher por sua função procriadora o mundo interno” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 54).

Atualmente, as novas gerações feministas incorporam a diferença como construção sociocultural que diz respeito aos dois sexos, ressaltando o conceito da igualdade na diferença. Esse conceito explicita a aceitação que entre os sexos existem diferenças físicas, biológicas, psíquicas e comportamentais, mas que esses atributos diferenciados não se constituem em justificativa para a opressão de um gênero sobre o outro (ALMEIDA; SOARES, 2012).

Nessa perspectiva, “o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, organizada sobre as diferenças sexuais e as relações de poder, revelando conflitos e contradições que marcam uma sociedade assinalada pela desigualdade, seja ela de classe, raça, etnia ou gênero” (ALMEIDA; SOARES, 2012, p. 569).

Além disso, o gênero procura dar significado às relações de poder e se configura como um elemento estabelecido nas relações sociais e baseado sobre as diferenças entre os sexos, e se manifesta como um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas presentes no contexto social (ALMEIDA; SOARES, 2012, p. 569).

Tendo isso estabelecido, Louro argumenta que:

Numa outra posição, estarão aqueles/as que justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-as, geralmente, às características biológicas. O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social. (LOURO, 1997, p. 20- 21)

A diferença calcada em fatores biológicos por vezes justifica os discursos do “lugar” da mulher nas ciências. Silva (2012) em sua tese sobre mulheres, gênero e docência, apontou a emergência do discurso biológico utilizado como justificativa para explicar a feminização e a masculinização de determinadas áreas do conhecimento. Esse entendimento está relacionado ao pressuposto de que é o sexo, o fator biológico, que determina as características e funções sociais diferenciadas entre mulheres e homens.

Estes processos históricos, sociais e culturais engendrados nas relações de gênero e de poder irão nos auxiliar a compreender a significativa presença das mulheres no ensino superior em algumas áreas do conhecimento e praticamente nula em outras.

A DISTRIBUIÇÃO DE HOMENS E MULHERES DOCENTES POR ÁREAS DO CONHECIMENTO NA UNIPAMPA

A implantação da Universidade Federal do Pampa na metade sul do Rio Grande do Sul é o resultado da reivindicação da comunidade da região, que, a partir da política nacional de expansão e renovação das instituições federais de educação superior assume a responsabilidade de contribuir com esse extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior, além de contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

Responsável pela implantação desta Universidade foi criado o Consórcio Universitário da Metade Sul; sendo que em 2005, foi firmado o compromisso, mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e

a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), prevendo a ampliação da educação superior no Estado. Coube à UFSM implantar os *campi* localizados em São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel; à UFPEL, coube a implantação dos *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. Mais tarde, a Lei nº 11.640/2008 criou a Fundação Universidade Federal do Pampa, tendo como objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No ano de 2014, a UNIPAMPA contava com 64 cursos de graduação, 33 de pós-graduação lato sensu, concluídos ou em andamento, e 10 programas de pós-graduação stricto sensu em funcionamento ou aprovado. Quanto ao número de docentes, no total eram 466 do sexo masculino, enquanto docentes do sexo femininos somavam, ao todo, 364.

A tabela a seguir apresenta o número de mulheres e homens docentes por curso de graduação da Universidade. Os dados foram coletados de acordo com as informações disponíveis na página eletrônica de cada curso.

Tabela 1: Relação de número de mulheres e homens docentes por área do conhecimento da UNIPAMPA

Área do conhecimento	Docentes do sexo masculino (%)	Docentes do sexo feminino (%)	Total de professoras e professores por área
Ciências Matemáticas e Naturais	59	41	127
Engenharias e Computação	82,5	17,5	120
Ciências Biológicas	63,1	36,9	103
Ciências Médicas e da Saúde	31,7	68,3	123
Ciências Agronômicas e Veterinárias	60	40	140
Ciências Humanas	59,6	40,4	57
Ciências Socialmente Aplicáveis	53,4	46,6	101
Linguagens e Artes	27,1	72,9	59

Podemos perceber que ainda há uma divisão sexista por áreas do conhecimento no ensino superior. Essas clássicas divisões foram se constituindo entre o que se convencionou chamar de áreas mais “femininas”, concentradas nas ciências das Linguagens e Artes e em vários cursos da área das Ciências Médicas e da Saúde, e aquelas, ditas “masculinas”, mais presentes nas ciências das Engenharias e Computação (INEP, 2007). É como se homens e mulheres tendessem a buscar a área de atuação que “confirme” a sua “vocação”, por determinação do que se estabelece como o esperado para cada um dos gêneros.

Porém, há a necessidade de olharmos mais profundamente para os cursos dentro de cada área. Pois, como afirmam Melo e Lastres (2006), que em seu trabalho, traçaram um quadro de inserção feminina no sistema de pesquisa científica e tecnológica nacional e verificaram que existem cursos dentro de áreas como as Ciências Exatas que possuem um público feminino amplo, por exemplo, a Matemática e a Química. Assim como, na área das Engenharias os cursos de Engenharia de Alimentos e Engenharia Química possuem um número significativo de mulheres presentes.

Dessa forma foi elaborada a Tabela 2 que apresenta os 10 cursos da UNIPAMPA em que há uma diferença significativa quanto ao número de docentes homens e docentes mulheres, mostrando o quanto alguns cursos ainda se caracterizam como masculinos e outros como femininos.

Tabela 2: Os 10 cursos com maior diferença entre a porcentagem de mulheres e homens docentes da UNIPAMPA

Curso	Homens docentes (%)	Mulheres docentes (%)	Total de docentes
Enfermagem	19	82	32
Licenciatura em Letras (currículo antigo)	26	74	27
Engenharia Elétrica	100	0	12
Bacharelado em Ciências Biológicas	65	35	35
Ciência da Computação	82	18	17
Engenharia Agrícola	74	26	23
Licenciatura em Ciências Biológicas	68	32	31
Engenharia Civil	76	24	22
Engenharia de Software	100	0	9
Fisioterapia	34	66	32

Os cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil e Engenharia de Software mostram, em seus números, o quanto esta área ainda se configura como masculina. Alguns cursos com o de Engenharia Elétrica e de Software, por exemplo, apresentam 100% de seus docentes do sexo masculino.

Cabral e Bazzo (2005) em pesquisa semelhante observaram no Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina (CTC/UFSC), que áreas como a Engenharia Mecânica e a Engenharia Elétrica, por exemplo, são as que têm menos professoras, e áreas como a Engenharia Química e de Alimentos são as que mais atraem as mulheres.

Lombardi (2006) aponta que as áreas especialmente resistentes à inserção feminina, como a Engenharia Civil, apresentam essa característica, pois supostamente possuem um ambiente de trabalho abrutalhado, pesado, sujo e sem infraestrutura de alojamento e sanitários para elas. Outras áreas se apresentam mais convidativas à inserção das mulheres, como a Química, especialmente nos setores da indústria química, pois são setores que se ocupam de artigos de higiene e beleza, semelhante à Nutrição e a área de Alimentos.

Quanto às Ciências Biológicas podemos ver que a maioria dos docentes é do sexo masculino. Melo e Lastres (2006), afirmam que este é ainda um território masculino e, ao mesmo tempo, a área que mais concentra cientistas nacionais, ou seja, é uma área do conhecimento, no qual, a sociedade brasileira faz grandes investimentos, o que explica essa concentração, quanto maior o prestígio da área menor a participação das mulheres.

Os cursos da área de Ciências Médicas e da Saúde, como Enfermagem e Fisioterapia, apresentam, em sua maioria, docentes do sexo feminino. Se retomarmos alguns aspectos sociohistóricos veremos que a Enfermagem, por exemplo, coexiste com o cuidado doméstico às crianças, aos doentes e aos velhos. Essa profissão foi e ainda é associada à figura da mulher-mãe que desde sempre foi curandeira e detentora de um saber informal de práticas de saúde, transmitido de mulher para mulher (LOPES; LEAL, 2005).

Assim como as práticas voltadas à saúde, a área da educação, em grande parte, também está ligada à figura das mulheres. Em seu processo histórico de feminização, o magistério tomou empréstimo determinados atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado etc. As professoras eram compreendidas como verdadeiras mães, cada aluno ou aluna deveria ser percebido(a) como seu próprio filho ou filha e consideraria manter-se o caráter de doação e de entrega que já se associava à atividade docente (LOURO, 1997). Deste modo, podemos verificar que nas licenciaturas, especialmente em Letras, a predominância de docentes do sexo feminino é de 74%.

A INVESTIGAÇÃO NARRATIVA: APROFUNDANDO O OLHAR SOBRE A PRESENÇA DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR

Com o objetivo de aprofundarmos a discussão sobre a presença e participação das mulheres no ensino superior, buscamos subsídios na perspectiva da investigação narrativa, especialmente nos pressupostos de Connelly e Clandinin (1995) e Larrosa (1996). De acordo com Connelly e Clandinin (1995, p. 12), a investigação narrativa, ao mesmo tempo em que se constitui em uma metodologia de investigação, é também o fenômeno que se investiga, ou seja, “‘narrativa’ é o nome dessa qualidade que estrutura a experiência que vai ser estudada e também é o método de investigação que vai ser utilizado na pesquisa” [tradução nossa]. Na perspectiva desses autores, os seres humanos são organismos contadores de histórias, organismos que, individual e socialmente, vivem vidas contadas, partilhadas. Dessa forma, o estudo destas narrativas é o estudo de como os seres humanos experimentam o mundo.

Para Larrosa (1996), o sentido de quem somos, depende das histórias que contamos e que nos contamos, em particular, aquelas construções narrativas nas quais cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e personagem principal. Além disso, essas histórias pessoais que nos constituem são produzidas e mediadas no interior de determinadas práticas sociais.

Considerando tais entendimentos, utilizamos a narrativa com um duplo propósito, pois, ao mesmo tempo em que percebemos a narrativa como uma prática social implicada na constituição dos sujeitos, ela nos possibilitou produzir elementos para discutir a participação das mulheres na ciência, no ensino superior. Assim, esta pesquisa se constitui através das narrativas de algumas mulheres docentes no ensino superior produzidas por meio de questionário virtual respondido individualmente. Para aprofundarmos os dados apresentados na seção anterior, convidamos para participar da pesquisa professoras de cursos de licenciatura da Universidade Federal do Pampa. Para tanto, consultamos no site da UNIPAMPA a relação de professores e professoras que formam o quadro docente de cada curso, com o objetivo de analisar o currículo Lattes de cada professora a fim de selecionarmos as participantes da pesquisa.

A escolha das participantes seguiu alguns critérios: possuir licenciatura e doutorado. Entre as que possuíam doutorado, foi escolhida uma professora de cada curso de Licenciatura que obteve este grau de formação mais recente. De dezessete professoras convidadas para a pesquisa, dez aceitaram o nosso convite e apenas cinco professoras responderam o questionário virtual.

O referido questionário virtual contemplava perguntas semiestruturadas e subjetivas, permitindo que a resposta da participante fosse apresentada de forma livre e textual. O questionário virtual foi enviado para cada participante via *e-mail* devido à distância entre os *campi* da universidade. Juntamente ao questionário, foi enviado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que apresentava os objetivos da pesquisa e solicitava o uso das narrativas das professoras nesta pesquisa. Ao utilizarmos o questionário como estratégia buscamos conhecer aspectos referentes à trajetória acadêmica e profissional das participantes (escolha do curso, incentivos, dificuldades na carreira, produção científica...); as relações entre trabalho e vida familiar (por exemplo, as responsabilidades com filhos, casa ou parente mais velho); e às interações com colegas no ambiente de trabalho (existência de atitudes sexistas, preconceito e violência relativos a gênero).

Feitas essas considerações, apresentamos uma breve biografia a partir do que apreendemos nos questionários:

Ana¹ possui formação em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, no ano de 1985, e Mestrado e Doutorado em Educação, nos anos de 1995 e 2012, respectivamente.

¹ Os nomes das participantes foram substituídos por nomes fictícios a fim de preservar a identidade de cada uma. A escolha do nome se deu através de um ranking da revista eletrônica UOL, disponível no link <<http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2011/11/28/maia-e-jose-sao-os-nomes-mais-comuns-no-brasil-veja-lista-com-os-50-mais-populares.htm>>, que mostra os 50 nomes mais comuns no Brasil, os cinco primeiros nomes mais comuns foram escolhidos para nomear as participantes desta pesquisa.

Antônia possui formação em Licenciatura em Química, no ano de 2006, Mestrado em Ciências Biológicas, no ano de 2009, Doutorado e Pós-Doutorado também em Ciências Biológicas, no ano de 2012.

Francisca possui formação em Licenciatura em Letras com habilitação em Português e Francês, no ano de 2005, Mestrado e Doutorado em Letras, nos anos de 2008 e 2013, respectivamente.

Marcia possui formação em Licenciatura Plena em Química, no ano de 2008, Mestrado e Doutorado em Ciências Biológicas, nos anos de 2009 e 2012, respectivamente.

Maria possui formação em Pedagogia, no ano de 1994, Licenciatura Plena em Matemática, no ano de 2004, Mestrado e Doutorado em Educação, nos anos de 1997 e 2012, respectivamente.

A análise das respostas do questionário virtual nos possibilitou compreender a professora na sua prática docente e, por conseguinte, no seu contexto de vida. Isto nos conduziu a compreender as ações que tornam a universidade um meio de reprodução de diferenças de gênero em postos de trabalho, da desigualdade entre homens e mulheres e da discriminação no ambiente acadêmico.

NARRATIVAS DE MULHERES DOCENTES: ENTRE ESCOLHAS E CAMINHOS EM DIREÇÃO A LICENCIATURA

Professoras mulheres, doutoras docentes que hoje assumem o papel de professoras e pesquisadoras universitárias enfrentaram/enfrentam barreiras sociais e históricas que ultrapassaram a desvalorização e o desestímulo perante sua competência enquanto profissional docente. Após dedicarem anos de trabalho científico, muitas vezes concomitantes ao zelo pelos afazeres domésticos, elas atingiram a excelência e o reconhecimento social por seu trabalho. Sabe-se que as dificuldades e barreiras que elas tiveram que vencer pelo caminho foram imensas e exigiram um esforço muito maior do que o despendido ao estudar, trabalhar e dedicar longas horas ao trabalho científico.

Para compreendermos a trajetória destas mulheres, precisamos conhecer, entre vários aspectos, as motivações que as levaram para o caminho da docência. A escolha pela área de licenciatura emerge de situações distintas para cada professora:

Inicialmente eu optei pela Química sem fazer distinção entre Licenciatura e Industrial. Minha mãe foi a grande incentivadora para eu fizesse licenciatura, pois ela acreditava, mesmo sem conhecer muito a área de trabalho dos profissionais de química, que seria difícil eu conquistar um emprego na minha região de residência, pois não existiam indústrias lá. Ela desejava que eu permanecesse na cidade depois de formada. Eu resolvi iniciar na licenciatura, conversei com um aluno do curso que me explicou que eu poderia “migrar” para a Industrial sem muitos problemas, caso desejasse. Mas ela foi a única a incentivar-me, todos os outros parentes e amigos não simpatizavam com a minha escolha, nem pela química tampouco pela licenciatura. (Marcia)

Muitos(as) graduandos(as) optam por áreas de estudo disponíveis na sua região para manterem-se perto de suas famílias, enquanto outros desistem de buscar por profissões que gostariam de se especializar por interferência de familiares e amigos, que interpelam os sujeitos com discursos diversos que os desestimulam baseados em concepções atualmente estabelecidas pela sociedade, como a ideia de que a carreira docente é uma carreira feminina e de que os homens devem se dedicar às ciências exatas e à carreiras que deem retorno financeiro e prestígio social.

Historicamente a química foi considerada uma área masculina por fazer parte das ciências exatas, onde há um maior prestígio e um alto nível de raciocínio lógico exigido (SCHIEBINGER, 2001). Desta forma, a resistência encontrada por parte dos parentes de Marcia é resultado de uma realidade histórico/social que associa a área das ciências exatas ao universo masculino.

A licenciatura, muitas vezes, é vista como uma profissão sem prestígio social, baixa remuneração, muitas horas de trabalho etc., sendo associada a uma área de atuação profissional de pouco reconhecimento social e financeiro no atual contexto socioeducacional brasileiro, este desprestígio social do(a) professor(a) não se materializa, apenas, na redução progressiva de sua remuneração em todos os níveis de ensino, mas no próprio desprestígio da profissão, na perda de status, de valor simbólico da profissão na vida social (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010).

A educação distinta para meninos e meninas na infância, também refletem, posteriormente, nas práticas profissionais dos sujeitos. Os meninos são estimulados a brincar com jogos e objetos que desenvolvem a construção e a lógica, enquanto as meninas são incitadas com brincadeiras que

estimulam as relações interpessoais e as habilidades verbais. Rosemberg (2012, p. 352) afirma que “desde sua precocidade as mulheres são comparadas ao desenvolvimento dos meninos: dele espera-se que extrapole na parte motora, ela na linguagem”, esses fatores levam a um processo de socialização diferenciado. No discurso de Maria, podemos perceber esta situação:

A escolha pela licenciatura se deu desde a minha infância quando dava aula nas paredes de uma velha casa, frequentava a primeira série do primeiro grau, agora ensino fundamental. Naquele tempo, adorava os tocos de giz da escola e me colocava as tardes todas no lugar das minhas professoras (na época a figura feminina da professora era muito marcante), dando aulas para os meus alunos e alunas imaginários, assumindo o papel que seria o esperado para mim, de professora que cobrava, que chamava a atenção a todo o momento. (Maria)

Na fala de Maria, nota-se como a figura feminina da professora era uma importante referência a ponto de ela reproduzir nas suas brincadeiras de infância as práticas escolares e o papel “esperado” de uma docente. Louro (1997, p. 2) afirma que “o modo como os sujeitos, em suas relações sociais atravessadas por diferentes discursos, representações e práticas, vão construindo suas identidades, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Assim, as brincadeiras de infância acabam, então, por participar da construção da identidade e da figura docente.

Desde que nascemos aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. A menina aprende a ser doce, obediente, passiva, altruísta, dependente; enquanto o menino aprende a ser agressivo, competitivo, ativo, independente, como se tais qualidades fossem parte de suas próprias “naturezas”. Da mesma forma, “a mulher seria emocional, sentimental, incapaz para as abstrações das ciências e da vida intelectual em geral, enquanto a natureza do homem seria mais propícia à racionalidade” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 55-56). Essas práticas acabam por constituir os sujeitos e suas escolhas, até mesmo as profissionais.

Rosemberg (2012, p. 338), argumenta que na história da educação, “as mulheres vêm se educando e educando outras mulheres e homens a despeito das máximas sexistas que permaneceram ou foram sendo criadas, divulgadas, promulgadas ao longo da história”. Dessa forma a habilidade em determinadas áreas do conhecimento que envolve linguagem oral e expressão corporal ainda é, muitas vezes, associada com o feminino, como na fala de Francisca:

Escolhi cursar Letras, porque era boa na escola em Português e escrevi poemas e romances, queria aperfeiçoar a escrita. Também sabia explicar bem a matéria para os colegas. (Francisca)

Além da trajetória acadêmica das profissionais, a análise das narrativas do questionário virtual permitiu conhecer a vida pessoal destas docentes conciliadas às atividades profissionais, pois, por muitas vezes, as dificuldades e obstáculos enfrentados por essas mulheres tornam-se uma importante ferramenta de análise e compreensão da mulher no espaço do trabalho e nas relações familiares.

A CONCILIAÇÃO DA DOCÊNCIA COM A VIDA PESSOAL

Quando questionadas sobre o exercício da profissão conciliado aos cuidados do lar ou da família, quatro das cinco professoras participantes disseram já ter deixado de participar de eventos e viagens, ou recusado cargos de maior remuneração por conta de situações familiares:

Deixei de fazer concursos e disputar vagas em programas de estudo fora [do país], por conta da distância que ficaria da família e do meu marido. (Francisca)

Já fiz várias escolhas pela família, de não assumir em concursos em outros lugares, que para mim seria ótimo, mas não teria todos juntos comigo e como já estiveram comigo em várias situações, acredito que essas escolhas fortaleceram os nossos laços. (Maria)

Família, casamento, lar e filhos, são preocupações que permeiam o cotidiano de mulheres. A mulher profissional independente carrega consigo uma espécie de culpa, pois enquanto realiza suas

atividades profissionais, não pode desempenhar com eficácia atividades que envolvam a família e o ambiente de seu lar, ou dedica-se tempo para o trabalho ou para a casa e a família. Assim há sempre um sentimento de culpa por trás da ascensão profissional ou do papel de uma “boa” dona de casa. Ousamos afirmar que este sentimento não é o mesmo compartilhado pelos homens, que muitas vezes se mostram ausentes nas relações familiares e do lar.

Soares argumenta que:

Situada na sua condição de oprimida, por falta de opções, a mulher permitiu que a sociedade lhe atribuísse uma série de culpas, enquanto ela própria gera em si esse sentimento, inviabilizando sua ascensão e permitindo que, muitas vezes, seu destino seja atrelado ao homem ao qual se liga, bem ao contrário desse, preparado para a certeza de vislumbrar um caminho a seguir. (SOARES, 2008, p. 82)

Almeida e Soares (2012, p. 566) complementam esta ideia afirmando que “as relações familiares, historicamente caracterizadas pelo domínio dos homens sobre as mulheres orientam os caminhos e as perspectivas que cada mulher pode considerar em seu plano de vida”.

Muitas vezes, a visão esperada da mulher atual é a ideia naturalizada de que ela é capaz de “dar conta de tudo”, de seus papéis de trabalhadora com uma carreira profissional bem-sucedida, uma boa mãe, esposa e dona de casa. Do mesmo modo, a mulher, frequentemente, atribui a ela o papel de principal responsável pela casa e, em especial, pelos cuidados e pela educação dos filhos (ROCHA-COUTINHO, 2008, p. 193).

Scott (2012) alega que apesar de persistentes diferenças sociais entre homens e mulheres, hoje estamos diante de famílias que tendem a compor uma relação mais igualitária entre os parceiros, na medida em que, por exemplo, ambos contribuem financeiramente para a manutenção da unidade doméstica e de seus membros. Porém, muitas vezes, o cuidado dos filhos, da casa e dos familiares ainda é atribuído como uma responsabilidade da mulher. Muitas mulheres trabalham o mesmo que seus parceiros, exercendo as mesmas funções com a mesma jornada de trabalho, a diferença é que a elas é ensinado a tarefa de cuidar dos(as) filhos(as) e familiares, da casa e do emprego ao mesmo tempo e de igual maneira, o que não é ensinado da mesma forma para os homens

A estrutura de vida moderna faz com que meninas sejam encorajadas a ter sucesso na escola e a se preparar bem para um trabalho futuro, mas também se espera delas que, mais tarde, se tornem mães.

Tanto o trabalho, quanto a família exigem tempo, energia e investimento emocional, e muitas pressões, internas e externas, levam a mulher a dirigir boa parte de sua energia para a família. Como resultado, as mulheres com filhos frequentemente acabam se afastando das carreiras de maior prestígio e poder. (ROCHA-COUTINHO, 2008, p. 200-201)

Algumas mulheres que ascendem a altos níveis hierárquicos são levadas a adotar “modelos masculinos” (LOURO, 1997, p.11), ficando menos sensíveis aos problemas com os quais as mulheres usualmente se defrontam e adotando comportamento como a dedicação de longas horas ao trabalho, algo que muitas vezes é inviável para uma mãe.

A INSERÇÃO DE MULHERES NA LICENCIATURA NOS DIAS ATUAIS

As participantes foram questionadas, também, sobre suas concepções a respeito do campo da Licenciatura e a inserção das mulheres nele. Márcia e Ana acreditam que atualmente há uma participação mais equitativa de homens e mulheres na licenciatura:

Embora em alguns cursos de licenciatura a inserção seja predominantemente feminina e em outros masculina, vejo uma inserção mais paritária e melhor distribuída entre os gêneros. Assim como é visivelmente crescente a inserção da mulher na pesquisa/ciência. Vejo isso como um aspecto positivo, pois acredito que essa inserção mais igualitária seja reflexo das conquistas femininas no mercado de trabalho e na sociedade. (Márcia)

Pelo que tenho observado a opção pela licenciatura está um pouco mais equilibrada entre homens e mulheres. Embora tenhamos diminuição de alunos nas licenciaturas, os matriculados ainda o fazem por entenderem que o magistério oferece uma possibilidade de emprego certo. (Ana)

O movimento feminista tem colocado, nas suas frentes de luta, a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e à ascensão e aprimoramento profissional (ALVES; PITANGUY, 2003). As mudanças históricas ocorridas nas últimas décadas abriram novas possibilidades de escolhas para as mulheres, uma delas foi o acesso à universidade e, atualmente, a emancipação do público feminino nas diversas áreas de conhecimento.

Em relação à UNIPAMPA, de acordo com os dados levantados, as mulheres estão ganhando espaço em determinadas áreas do conhecimento como as Ciências Matemáticas e Naturais e nas Ciências Agrônomas e Veterinárias, e ainda em alguns cursos de Engenharias e Computação. O curso de Engenharia Química, por exemplo, apresenta um maior equilíbrio no número de docentes em relação às Engenharias: os professores do sexo masculino representam 60%, enquanto as mulheres representam 40% do total de professores(as). A Engenharia de Alimentos possui sua maior representação de professores(as) do sexo feminino, cerca de 66,7%, enquanto os do sexo masculino representam 33,3% do corpo docente. O curso de Administração possui metade de seus docentes do sexo feminino e metade do sexo masculino.

Podemos perceber na análise dos dados quantitativos, que há, de certa forma uma participação mais igualitária no número de homens e mulheres docentes em determinadas áreas. Porém, analisando esses números, podemos verificar que a quantidade de homens docentes é maior que o de mulheres. Assim como as áreas de Engenharia e Computação ainda possuem um público amplamente masculino e as áreas de Ciências Médicas e da Saúde e as Ciências de Linguagens e Artes um público amplamente feminino.

Schiebinger (2001) destaca que o prestígio de uma ciência depende geralmente de seu grau de matematização, e quanto mais matemática for exigida para um dado emprego, maior a remuneração e menor a taxa de participação de mulheres. Há uma crença popular de que meninos são bons em matemática enquanto meninas são hábeis verbalmente.

Ela ainda complementa que:

A ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excludê-las. (SCHIEBINGER, 2001, p. 37)

Outro fato interessante é a defasagem de professores(as), que faz com que a licenciatura, muitas vezes, passe a ser vista como uma opção de emprego certo. Há quem opte pelo trabalho docente apenas para garantir esta empregabilidade e, assim, inserir-se de forma mais rápida no mercado de trabalho, ou quem deseje apenas ter concluído um curso superior e com isso ter um diploma universitário, sem atribuir o devido significado à formação (PAPI, 2005).

Entretanto, algumas participantes acreditam que a licenciatura ainda seja um campo tipicamente feminino:

A docência é um campo tradicionalmente feminino, pelo fato de que desde os anos iniciais há predomínio maior de mulheres nessa profissão. Socialmente, a mulher é posta no lugar de quem educa os filhos, por isso a professora também é vista como uma mãe que educa os filhos dos outros. (Francisca)

Na graduação, em todas turmas que ministrei disciplinas a maioria sempre é feminina. (Antônia)

Por diversas vezes o magistério de crianças e jovens se destaca como um trabalho feminino por “natureza” e dessa maneira, é social e culturalmente aceito, porém, quando se trata do ensino superior alguns paradoxos acontecem, originando um conflito desta ideia, isto porque desde os tempos passados, “os homens eram os doutores, os conhecedores, os livres e as mulheres mal conseguiam

aprender a ler e escrever, submergidas nas funções domésticas e maternas” (ALMEIDA; SOARES, 2012, p. 558).

Não se pode negar que as representações históricas do papel social da mulher ainda continuam sendo perpetuadas nas práticas sociais. Em prova disso, estão os discursos atuais de professoras que ainda creem e percebem a docência como uma prática de doação e extensão do lar.

PRECONCEITOS DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE

O preconceito referente ao gênero feminino se encontra presente no cotidiano através de ações, atos agressivos ou palavras hostis, que reforçam as diferenças desfavorecendo a igualdade de gênero. Muitas vezes, no ambiente de trabalho, são comuns as falas que exaltam diferenças entre homens e mulheres relacionadas a capacidade de execução de seus trabalhos:

Como venho de uma instituição em que estava em um departamento de engenharia, sentia que era constantemente desacreditada na minha capacidade de professora, de mulher. Devido a questões econômicas e administrativas, o departamento de matemática da instituição que trabalhava se uniu com o departamento de engenharia, que se achava superior pelo número de alunos e pelas condições profissionais. (Maria)

Muitas das “piadinhas” e chacotas que ocorrem no ambiente de trabalho são justificadas pelas diferenças biológicas entre homens e mulheres, a exemplo, a instabilidade emocional das mulheres, devido ao seu funcionamento hormonal, é justificativa para que haja piadas relacionadas a uma suposta superioridade intelectual dos homens contra a instabilidade emocional das mulheres.

Silva argumenta que:

Os espaços nos quais a ciência se produz são espaços “geneficados”, isto é, constituídos e atravessados pelo gênero. Nesses espaços atravessados por relações de poder e saber as identidades e diferenças são produzidas e significadas. É a atribuição da diferença que gera preconceito e desigualdade de gênero que precisa ser problematizada e transformada. (SILVA, 2012, p. 122)

Essas são brincadeiras que estão no nosso cotidiano, ultrapassam essas fronteiras e se instalam no ambiente acadêmico, mesmo que com outras recorrências, pois agora se discute, fala-se mais sobre as diferenças. Chamo a atenção que a universidade está situada em uma região de campanha, marcada pelos jeitos machistas de ser homem e de submissão de ser mulher. (Maria)

Não me incomodam ressaltar as diferenças, me incomoda quando usam as diferenças para qualificar o trabalho das mulheres, “se não faz isso melhor é porque é mulher”, não vejo isso no meu trabalho atual, mas me incomodaria se visse. (Francisca)

Neste sentido, Louro afirma que:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais dos sujeitos, mas sim a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (LOURO, 1997, p. 21)

É interessante destacar o fato apontado pela Francisca quando denuncia que o campus em que atua está situado em uma região de campanha, marcada pelos jeitos machistas de ser homem e de submissão de ser mulher. Santos (2002) ao realizar uma pesquisa sobre a representação feminina na literatura produzida no Rio Grande do Sul, aponta que historicamente a mulher gaúcha desempenhou um papel de extrema submissão ao homem, a ela eram legados o obscurantismo, a falta de instrução, o isolamento, a submissão; ela assumia o papel daquela que ampara o marido, o filho, o neto que volta do trabalho ou da guerra e daquela que faz da sua vida um prolongamento da vida daqueles. Dessa

forma, a mulher gaúcha historicamente constitui a identidade de mulher do lar, cuidadora dos filhos e do marido e submissa ao seu homem.

PARA CONCLUIR: PROVOCAÇÕES PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE ACADÊMICO

Vimos, em um breve panorama, a trajetória da mulher ao Ensino Superior e os caminhos que levaram a constituir a licenciatura como uma área tipicamente feminina. Podemos citar vários momentos históricos que contribuíram para este cenário: o modelo de educação feminina virtuosa que era o modelo religioso de doação e entrega à docência, a partir do qual a professora deveria considerar cada aluno(a) seu(sua) como o seu próprio(a) filho ou filha; a educação diferenciada em escolas, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens; a economia doméstica incluída em seu currículo, porque a mulher é a responsável pelo lar; o estímulo para formação de professoras porque elas eram “verdadeiras mães” e tinham “vocaçãõ” para o magistério; entre vários outros fatores.

Rosemberg (2012) aponta que o acesso das mulheres à educação escolar não tem garantido de fato uma igualdade de oportunidade a toda e qualquer mulher, isto é, meninas e rapazes e moças não vivenciam o mesmo currículo escolar, pois a antiga segregação sexual escolar deixou suas marcas. Ela ainda observa que se tem visto e denunciado desde os anos 1970 uma segregação sexual informal: quando a escola permite, isto é, abre perspectivas de diferenciação, meninas e rapazes tendem a seguir as Ciências exatas, enquanto meninas e moças se voltam para Ciências Humanas, Letras e Literatura, Magistério.

Podemos observar que a participação feminina no ensino superior está estendendo-se em diversas áreas antes frequentadas por maioria masculina. Porém ainda é necessário que as mulheres vençam preconceitos próprios e normas que ditam os lugares que homens e mulheres devem ocupar na sociedade. Para tanto, é necessário dar igual visibilidade, poder e participação equivalente para homens e mulheres em todas as esferas da vida privada e/ou pública, ou seja, é necessário que haja uma igualdade de gênero.

Para pensarmos e refletirmos em como a igualdade de gênero pode contribuir para modificar questões levantadas durante o artigo, deixamos para reflexão os depoimentos das participantes que contribuíram para a efetivação desta pesquisa:

Igualdade de gênero vai além das diferenças corporais, sexuais, coloca-se nas diferenças produzidas pelas relações de poder, entre homens, mulheres, gays, lésbicas, transgêneros, é como os sujeitos se percebem e são percebidos pelos outros, as relações de poder. (Maria)

Compreendo que é uma busca democrática pela melhor convivência entre mulheres e homens, menos padronizada, menos hierárquica, mais livre e respeitosa. (Ana)

Culturalmente a mulher é posta em certas condições, com certas funções sociais, isso precisa mudar para que ela mesma se liberte da obrigação de ser a cuidadora soberana da família e possa dividir melhor essas tarefas com o homem. Respeitar a diferença de características entre os gêneros também é promover a igualdade, a mulher não precisa se esforçar para ser igual ao homem, mas essa diferença deve ser respeitada. (Francisca)

Penso que igualdade entre os gêneros não está no fato do homem ser ou não igual a mulher, pois eles não o são, mas sim no fato de poderem ocupar o mesmo papel na sociedade. Entendo como sendo o exercício de uma profissão/cargo ou função, o respeito e o reconhecimento das habilidades do sexo feminino e masculino de desenvolverem as mesmas atividades sociais. (Marcia)

Pode-se afirmar que a universidade tem evoluído no que diz respeito à igualdade de gênero, por exemplo, não há diferença salarial entre professores e professoras desenvolvendo a mesma atividade. No entanto, o território docente da educação superior da UNIPAMPA é predominantemente masculino. Alguns fatores podem ser elencados para justificar tal realidade, entre eles os caminhos que contribuíram para a escolha profissional; o processo seletivo de carreiras, as concepções de gênero,

entre outros, fatores esses que pudemos observar ao analisar as narrativas das participantes deste estudo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade. 2010. Disponível em: <<http://www.cnslpb.com.br/arquivosdoc/MATPROF.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- ALMEIDA, J. S. de; SOARES, M. Mudaram os tempos; mudaram as mulheres? Memórias de professoras do Ensino Superior. Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 17, n. 2, p. 557-580, jul. 2012.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. O que é feminismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.
- CABRAL, C. G.; BAZZO, W. A. As Mulheres nas Escolas de Engenharia Brasileiras: História, Educação E Futuro. Revista de Ensino de Engenharia. v. 24, n. 1, p. 3-9, 2005.
- CARVALHO, C. L. de. Decreto 7.247 – Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. In: BARBOSA, R. Reforma do Ensino Secundário e Superior. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. P. 273-303.
- CONNELLY, M.; CLANDINNIN, J. Relatos de experiência e investigação narrativa. In: LARROSA, Jorge ET AL. Déjame que te cuente. Barcelona: Laertes, 1995. P. 11- 59.
- FERREIRA, N. B. da S. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: Conferência Internacional sobre os Sete Saberes Necessário à Educação, 1. Fortaleza/Ceará. Anais... Fortaleza/Ceará: Universidade Católica de Brasília e Universidade Estadual do Ceará, 2010. 8 p. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>>. Acesso em: 8 mai. 2014.
- HÄHNER, J. E. Escolas Mistas, Escolas Normais: a Coeducação e a Feminização do Magistério no Século XIX. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 19, p.467-474, maio/agosto, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2011000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 9 abr. 2014.
- INEP. A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005 / Organizadores: Dilvo Ristoff. [et al.]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- INEP. Censo da educação superior: 2012 – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf> Acesso em: 26 jul. 2014.
- LARROSA, J. Narrativa, identidad y desidentificación. In: _____. La experiencia de la lectura. Barcelona: Laertes, 1996. P. 461-482.
- LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOMBARDI, M. R. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. Cadernos de Pesquisa. v. 36, n. 27, p. 173-202, jan./abr. 2006.
- LOPES, M. J. M.; LEAL, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. Cadernos Pagu, n. 24, p.105-125, jan./jun. 2005.
- MELO, H. P. de; LASTRES, H. M. M. Ciência e Tecnologia Numa Perspectiva de Gênero. In: SANTOS, L. W. dos; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. de F. (Orgs.). Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: IAPAR, 2006. P. 129-160.
- PAPI, S. de O. G. Professores: formação e profissionalização. Araraquara/SP: Junqueira & Marin, 2005.
- ROSEMBERG, F. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. P. 333-359.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Mulher Moderna é Assim, dá Conta de Tudo...: a Difícil Arte de Equilibrar Trabalho e Família. In: STREY, M. N. et al. Gênero e Cidos Vitais: Desafios, Problematisações e Perspectivas. Porto Alegre: Edipucrs, 2012. P. 193-220.

SANTOS, E. Gênero e Literatura Gaúcha. 2002. Disponível em:
<<http://www.angelfire.com/or/genero/litgaucha.html>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

SCHIEBINGER, L. O feminismo mudou a ciência? São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, F. F. da. Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias. 2012. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. P. 15-42.

SOARES, G. F. Mulher e o Espaço Escolar: uma discussão sobre as identidades de gênero. In: SILVA, Fabiane Ferreira et al. Sexualidade e Escola: Compartilhando Saberes e Experiências. Rio Grande: FURG, 2008. P. 70-87.

MINIBIOGRAFIA

Vanessa Ferreira Backes (vanessaferbackes2@gmail.com)



Graduada em Licenciatura em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, campus Uruguaiana. Atualmente cursa Pós-Graduação em Educação em Ciências, nível especialização, pela UNIPAMPA e trabalha como Atendente de Biblioteca na Escola Municipal Dom Bosco, Uruguaiana/RS.

Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4893724101948084>

Jean Rodrigo Thomaz (jeanr_thomaz@hotmail.com)



Acadêmico de Ciências da Natureza – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa, campus Uruguaiana. Bolsista do Subprojeto PIBID Ciências da Natureza. Faz parte do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE), da Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6301982805609955>

Fabiane Ferreira da Silva (fabianesilva@unipampa.edu.br)



Licenciada em Química, Mestre e Doutora em Educação em Ciências. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana. Coordenadora do Subprojeto PIBID Ciências da Natureza e coordenadora do curso de Especialização em Educação em Ciências. Integrante do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tem experiência na área de Educação, Educação em Ciências e Química, com ênfase na formação inicial e continuada de professoras(es), atuando principalmente nos seguintes temas: currículo, ensino de ciências e química, corpo, gênero e sexualidade.

Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8442280124362170>